

Resenha do livro:

GOMES, Laurentino. **1808 – Como Uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil.** 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

Resenha por Antonietta d’Aguiar Nunesⁱ

O livro é de conteúdo histórico, tratado pelo jornalista paranaense de Maringá como resultado de dez anos de investigação, segundo ele mesmo afirma ao apresentar logo de início o editor Tales Alvarenga, que já lhe encomendara no ano 2000 o volume histórico especial *Aventura do Descobrimento*, a professora orientadora Maria Odila Leite da Silva Dias, e o bibliófilo José Mindlin, a cuja preciosa biblioteca teve acesso.

Apesar da data do título – 1808 – o livro trata de fato dos 13 anos em que a Família Real Portuguesa esteve residindo no Brasil, desde a sua saída de Portugal em novembro de 1807 até a volta a este país em julho de 1821.

Na Introdução, o autor começa falando do prédio onde residiu a Família Real portuguesa, através da menção ao meteorito de Bendegó, encontrado em 1784 em Monte Santo, sertão da Bahia, e atualmente exposto no Museu Nacional, situado no Palácio São Cristóvão no Rio de Janeiro, no qual viveu o único soberano europeu a colocar os pés em terras americanas em mais de quatro séculos (p.18). A construção em que funciona o Museu, acentua o autor, não tem, no entanto no entanto lendas ou identificações que lembrem a corte de Portugal no Rio de Janeiro, como também não o faz o antigo Paço Imperial, na Praça 15 de novembro. Igualmente chama a atenção para a forma caricata com que o rei e sua corte costumam ser tratados nos livros, cinema, teatro e televisão, revelando o desprezo pela memória histórica. O propósito do autor nesta obra é:

- 1) resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás;
- 2) tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos. (GOMES, 2007, p.20/21).

Ainda na introdução o autor relaciona, comentando, as principais obras históricas que tratam do período, acrescentando à bibliografia as fontes digitais disponíveis na Internet, inclusive a Wikipédia, chamando a atenção para os cuidados que se deve ter ao utilizar tais fontes. Menciona ainda o serviço de audiolivros em inglês com mais de 30.000 títulos que utilizou, e afirma ter também utilizado alguns serviços de *podcast* no *site* iTunes, da Apple. Ressalta que a Internet é uma ferramenta de trabalho que pode ser indispensável para os historiadores que a souberem usar com critério e sabedoria (p.25)

Em seguida, com linguagem fluente e que facilmente cativa o leitor, ele desenvolve em 29 capítulos a sua versão da história do período, a partir da fuga da Família Real Portuguesa de Lisboa para não chegar a ser dominada pelo exército enviado por Napoleão, fala dos reis enlouquecidos à época (d. Maria I de Portugal e George III da Inglaterra), que levava d. João a se tornar Príncipe Regente, e do Velho-Regime de monarquia absoluta vigente na Europa até o triunfo de Napoleão.

Comenta em outro capítulo que os planos de mudança da família real para o Brasil eram antigos em Portugal, tendo agora ganhado senso de urgência (p.47). Compara em seguida a Inglaterra, um império movido a vapor com Portugal, que ele chama de império decadente, apesar do único e breve surto de modernidade em terras portuguesas (p.63) com o governo comandado pelo marquês de Pombal, ministro todo poderoso do rei D. José I desde 1750 até 1777. Narra a partida das 10.000 a 15.000 pessoas que acompanharam a família real portuguesa para o Brasil e a reação do povo português a isto.

O autor dedica um capítulo ao arquivista real, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que trabalhava com o pai na Real Biblioteca portuguesa, considerada então uma das mais extraordinárias da Europa. Em março de 1811, ele embarcaria para o Brasil para zelar pela segunda remessa dos livros da biblioteca e da série de cartas por ele escritas ao pai.

Descreve num capítulo a viagem. Noutro, a escala em Salvador e o fato dela ter sido não casual, mas sim intencionalmente decidida pelo Príncipe Regente. Aí ele não só abriu os portos às nações amigas como aprovou

a criação da primeira escola de Medicina do Brasil, os estatutos da primeira companhia de seguros, batizada Comércio Marítimo, deu licença para a construção de uma fábrica de vidro e outra de pólvora, autorizou o governador a estabelecer a cultura e a moagem do trigo, mandou abrir estradas e encomendou um plano de defesa e fortificação da Bahia, que incluía a construção de 25 barcas

canhoneiras e a criação de dois esquadrões de cavalaria e um de artilharia (GOMES, 2007, p.118).

Em capítulo subsequente descreve a situação da colônia portuguesa que, às vésperas da chegada da corte no Rio de Janeiro não existia como país integrado, constituindo

sim um amontoado de regiões mais ou menos autônomas, sem comércio ou qualquer outra forma de relacionamento, que tinham como pontos de referência apenas o idioma português e a Coroa portuguesa, sediada em Lisboa, do outro lado do Oceano Atlântico (GOMES, 2007, p.120).

Noutro capítulo trata do cônego Luis Gonçalves dos Santos, apelidado Padre Perereca, que se tornou o melhor e mais detalhado repórter dos acontecimentos de 1808 até 1821, quando a corte retornou a Portugal (p.140). Transcreve, noutro capítulo, uma das cartas do arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos ao pai.

Dedica todo um capítulo a descrever o Rio de Janeiro na época da chegada da Família Real, sua população, importância econômica, situação urbana, hábitos dos moradores, logradouros, saúde e medicina aí, etc.

Noutro capítulo fala de D. João e dos três homens que exerceram papel fundamental em sua história. Depois trata de Carlota Joaquina, filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, reis da Espanha (p.179) e dos 9 filhos do casal.

Em seguida trata do ataque ao cofre brasileiro pela corte empobrecida que chegou ao Brasil. Noutro capítulo, menciona a Nova corte formada no Brasil com a elite local, rica em dinheiro, porém destituída de prestígio e refinamento (p.197), a quem d. João concedeu títulos de nobreza em troca de favores.

A seguir trata da Inglaterra, a senhora dos mares e da sua nova posição depois da abertura dos portos e do tratado de 1810 Portugal e Inglaterra.

Menciona então a transformação sofrida pelo Brasil depois da chegada da corte, inclusive com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Fala depois do chefe de Polícia, o advogado formado em Coimbra Paulo Fernandes Viana, e de um dos seus agentes, o major Miguel Nunes Vidigal, terror da malandragem carioca, que recebeu em recompensa de seus serviços em 1820 um terreno ao pé do Morro Dois Irmãos, hoje ocupado pela Favela do Vidigal.

Trata da Escravidão e do Mercado do Valongo, maior entreposto negreiro das Américas que sumiu do mapa sem deixar vestígios, como se jamais tivesse existido (p.238). Menciona os viajantes estrangeiros (266, segundo Rubens Borba de Moraes) que escreveram sobre o povo, a geografia e as riquezas brasileiras (p.259), comentando alguns deles.

Fala em seguida do que ele considera como tendo sido o Vietnã de Napoleão: a guerra Peninsular, mostrando que Napoleão embarcou na Península Ibérica numa aventura que, no final, se mostrou o principal motivo de sua queda. Contribuição original, pois pouco comentada, que vale ser estudada.

Menciona depois a República Pernambucana pretendida pelo movimento de 1817, cuja bandeira é hoje a do estado de Pernambuco, mas que lhe valeu a perda da comarca de Alagoas, cujos proprietários rurais se haviam mantido fiéis à Coroa e foram recompensados com o direito de constituir-se em província independente.

Descreve depois a Versailles Tropical e o ano de 1818, considerado o mais feliz de toda a temporada brasileira de d. João VI (p.293).

Conta, por outro lado, a história do Portugal abandonado, governada pelo marechal irlandês William Carr Beresford, e a revolução começada no Porto em 1820, que provocou o retorno da Família Real a Portugal, tratado no capítulo subsequente.

Fala então, do Novo Brasil que foi o legado positivo da vinda da Família Real para as bandas americanas. Com ela começou a descolonização efetiva; o Brasil não só foi elevado a reino, como teve, em breve espaço de tempo, as estruturas de uma nação propriamente dita (p.327). A preservação da integridade territorial teria sido também uma grande conquista de D. João VI (p.330). Por fim trata da conversão do arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que ficou no Brasil depois da partida da família real, tendo aqui se casado e constituído família. Menciona seu contato freqüente com o príncipe regente, que visitava a biblioteca com freqüência para consultar obras de artes e ciências (p.341), fato pouco conhecido dos brasileiros, e a idéia que Marrocos deu ao príncipe regente em 1811, de que criasse uma biblioteca em Salvador com os livros duplicados da biblioteca do Rio de Janeiro (p.341), ignorada por D. João. Renovada a proposta em 1818, desta vez, o então recém-coroadado rei D. João VI concordou e determinou o envio de 38 caixas de livros a Salvador (p.341).

Reunidas no final vêm as notas, separadas por capítulos, e a alentada bibliografia consultada, distinguidas entre: fontes impressas e fontes eletrônicas.

Por fim, para facilidade de localização, um Índice onomástico e os agradecimentos a quantos contribuíram com o autor para a existência deste livro.

Trata-se não de um romance histórico, mas de uma obra histórica escrita de forma leve, flúida, gostosa de ler, e que cativa a atenção do leitor, ao tempo em que, fundamentada em ampla pesquisa realizada, traz à tona importantes fatos históricos pouco conhecidos da grande maioria das pessoas e que valem a pena ser considerados.

Ademais, é importante a atualidade do emprego não só da bibliografia impressa – e não apenas em livros editados, mas igualmente em revistas científicas e em periódicos distribuídos amplamente nas bancas de revista do país - como também das fontes eletrônicas, embora chame a atenção para os cuidados com que devem ser tratadas as informações aí veiculadas, para se ter certeza da sua veracidade.

Pensamos, pois, ser esta uma obra de utilíssima leitura não só para acadêmicos, como para o público em geral, sobretudo no ano de 2008, em que se comemora o segundo centenário da chegada da Família Real ao Brasil.

¹ Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia. Prof. Adjunto de História da Educação – FACED / UFBa. Email: antoniettaan@terra.com.br